

EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO ESTADO DO PARÁ  
EMATER-PARÁ

MANUAL TÉCNICO

# ATER NAS ORGANIZAÇÕES DE EMPREENHIMENTOS PRODUTIVOS



Marituba – Pará  
2023



EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO ESTADO DO PARÁ  
EMATER-PARÁ

# **ATER NAS ORGANIZAÇÕES DE EMPREENDIMENTOS PRODUTIVOS**

**CONCEPÇÕES BÁSICAS PARA O TRABALHO DE ATER  
COM ORGANIZAÇÕES RURAIS E PERIURBANAS**

Cristiane Fonseca Costa Corrêa  
Raimundo Nonato da Silveira Ribeiro

**Marituba-Pará  
2023**

## EXPEDIENTE 2022

### EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO ESTADO DO PARÁ - EMATER-PARÁ

Escritório Central, Rodovia BR 316, Km 12, Marituba, Pará. CEP: 67.201-045  
Telefones: (91) 3299-3400/3412/3413  
Site: www.emater.pa.gov.br, e-mail: presidencia@emater.pa.gov.br

### ORGANIZADORES

Cristiane Fonseca Costa Corrêa, Méd. veterinária.  
Raimundo Nonato da Silveira Ribeiro, Eng<sup>o</sup> agrônomo.

### COLABORADORES

Dinilde Serrão, Eng<sup>o</sup> florestal  
Ivanete Ferreira Alves Lopes, Pedagoga  
Thiago Leão, Eng<sup>o</sup> agrônomo

### REVISOR

vanete Ferreira Alves Lopes

### ARTE / DIAGRAMAÇÃO/ EDITORAÇÃO

Rosa Helena Campos de Melo, Socióloga

### ILUSTRAÇÕES

Paulo Sérgio Campos de Melo, Eng<sup>o</sup> agrônomo

### NORMALIZAÇÃO BIBLIOGRÁFICA:

Elayne Barbosa, Bibliotecária

### **Impressão/Acabamento:** Gráfica EMATER-PARÁ

---

#### **Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD Biblioteca Lucivaldo Coelho/ EMATER-PARÁ - Marituba**

---

P964 Pará, Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATER- PARÁ  
ATER nas organizações de empreendimentos produtivos: Concepções  
básicas para o trabalho de ATER com organizações rurais e periurbanas/  
EMATER- PARÁ; [Organizadores:] Cristiane Fonsêca Costa Corrêa, Raimundo  
Nonato da Silveira Ribeiro. – Marituba: EMATER-PARÁ, 2021.  
28 p. : il. – (Manual técnico).

Inclui bibliografias.

1. Agricultura familiar- organização. 2. Agricultura familiar- Empreendimento  
produtivo. 3. Organizações rurais. 4. Organizações periurbanas I.Corrêa, Cristiane  
Fonsêca Cost, *org.* II. Ribeiro, Raimundo Nonato da Silveira, *org.* III. Título.

---

CDD 23. ed. 338.109 8115

## APRESENTAÇÃO

O presente documento apresenta concepções básicas sobre as organizações e empreendimentos da agricultura familiar em um novo contexto de fortalecimento organizacional e de melhoria no acesso ao mercado com diferenciação de seus produtos no intuito de apoiar os extensionistas de campo que atuam ou desejam atuar nessa área.

É importante que o extensionista entenda que o grupo de dirigentes das organizações atendidas tenha clareza da sua condição atual e reflita sobre quais mudanças são desejadas e quais são os horizontes futuros da organização, além de que estejam abertos a um processo compartilhado de estudos, diagnósticos e construção do futuro coletivo.

Estas concepções estão baseadas no “Guia Metodológico ATER Mais Gestão” (SEATER/GIZ, 2018) elaborado para a adequação de metodologia para “Novos Instrumentos de ATER às Organizações Econômicas da Agricultura Familiar” no âmbito do projeto “Mercados Verdes e Consumo Sustentável” implementado pela Secretaria Nacional da Agricultura Familiar-SAF junto com a cooperação Alemã por meio da Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit - GIZ.

Assim, suas organizações necessitam de uma assessoria organizacional, a qual, a EMATER-PARÁ, com a experiência que detém na execução da extensão rural no estado é capaz de atender esta demanda e contribuir com o

desenvolvimento organizacional.

Neste sentido, o presente documento é um ponto de partida a oferecer uma base conceitual e operacional para o trabalho dos técnicos extensionistas e dirigentes das organizações de forma compartilhada



## **MISSÃO DA EMATER-PARÁ**

Contribuir com soluções para a agricultura familiar com serviços de assistência técnica, extensão rural e pesquisa baseados nos princípios éticos e agroecológicos.

## **VALORES PREDOMINANTES A SEREM PROFESSADOS**

Respeito ao meio ambiente e à sociedade, valorização do quadro de pessoal da Empresa, obediência aos princípios agroecológicos nas ações da Empresa.

## **VISÃO DE FUTURO**

Ser reconhecida pela excelência em assistência técnica, extensão rural e pesquisa para a agricultura familiar amazônica.

# ATER NAS ORGANIZAÇÕES DE EMPREENDIMENTOS PRODUTIVOS

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>09</b>
<b>2 OS CAMPOS ORGANIZACIONAIS E AS RESPECTIVAS ÁREAS FUNCIONAIS OBJETO DAS AÇÕES DE ATER .....</b>	<b>10</b>
<b>2.1 Campo da organização .....</b>	<b>11</b>
<b>2.2 Campo da produção .....</b>	<b>18</b>
<b>2.3 Campo da comercialização .....</b>	<b>23</b>
<b>3 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>26</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>28</b>

ATER NAS ORGANIZAÇÕES DE EMPREENDIMENTOS PRODUTIVOS

## 1 INTRODUÇÃO

As associações, cooperativas, microempresas de agricultores familiares, povos e comunidades tradicionais apresentam sérias dificuldades na governança organizacional e na ação gerencial de seus empreendimentos, que decorrem da pouca qualificação em ferramentas de gestão e a inexistência de investimentos em modernização de seus processos de produção e beneficiamento para a agregação de valores em seus produtos e comercialização.

No âmbito da gestão, as mudanças quase sempre envolvem o abandono de práticas gerenciais antigas e a adoção de novas, visando melhorar o desempenho econômico e a motivação dos associados ou cooperados. Por isso elas dependem de fatores técnicos e relacionais (políticos) que envolvem a construção de acordos para se reposicionar em cenários presentes e futuros.

Para atender a esses novos desafios é fundamental também uma requalificação dos extensionistas para atuarem neste cenário, o que vem sendo debatido e refletido no NMC/COTEC. Assim, para o início de uma ação direcionada e de transição na forma de atuação hoje praticada, organizou-se as **“Concepções Básicas para o Trabalho de ATER com Organizações Rurais e Periurbanas”**.

A partir dessas premissas será apresentada uma breve base conceitual com seus elementos organizacionais que já foram testados no âmbito do Programa ATER Mais Gestão, do qual se elegeu alguns elementos que são inerentes às formas organizativas e são fatores de sucesso ou de fracasso de um empreendimento econômico produtivo e seguramente devem ser objetos do trabalho de ATER na medida em que se propõe a atuar com formas organizativas.

## 2 OS CAMPOS ORGANIZACIONAIS E AS RESPECTIVAS ÁREAS FUNCIONAIS OBJETO DAS AÇÕES DE ATER

No processo de promoção do fortalecimento de empreendimentos produtivos conduzidos por cooperativas, associações e microempresas da agricultura familiar por meio da qualificação dos sistemas de gestão e de acesso aos mercados requer mudanças a serem implementadas que se processam nas três grandes áreas ou campos das organizações que são: **2.1) Campo da Organização; 2.2) Campo da Produção e 2.3) Campo da Comercialização.**

Cada Campo Organizacional está constituído por Áreas Funcionais e por Sub Áreas que se caracterizam por exercerem funções e gerarem produtos e demandas que determinam o funcionamento e o atingimento de metas e objetivos da organização, aos quais se desdobram em impactos internos, externos e benefícios aos cooperados e/ou associados.



## 2.1 Campo da organização

Este campo refere-se ao exercício do poder nas organizações e do relacionamento entre direção, lideranças, associados, conselho fiscal, assembléia, clientes e parceiros. É constituído por três áreas funcionais que são: i) Governança Organizacional; ii) Gestão de Pessoas; iii) Gestão Financeira.

### **i) Governança Organizacional**

Esta área funcional define como a organização será dirigida, monitorada e incentivada. É a área da gestão que cuida do exercício do poder e do relacionamento entre lideranças, direção, associados, conselho fiscal, assembléia, clientes e parceiros. Engloba cinco sub áreas funcionais:

i.1) Estrutura organizacional; i.2) Estratégia organizacional; i.3) Organização dos associados; i.4) Direção e participação e; i.5) Controle interno e avaliação, que serão tratados de forma simplificada e resumida.

i.1 - Estrutura organizacional – É a maneira ou modo pelo qual as organizações estabelecem uma hierarquia com definições claras dos papéis e atividades a serem desenvolvidas dentro da estrutura funcional a fim de cumprir os seus objetivos. A estrutura pode ser mostrada visualmente por meio de um Organograma e Regulamento Interno.

i.2 - Estratégia organizacional – Está relacionada ao planejamento estratégico e avaliação da organização. Serve para orientar as escolhas que determinam a natureza e a direção da organização. Por exemplo, identifica as potencialidades a serem exploradas, as parcerias e alianças que podem ser construídas e fortalecidas. Também orienta a relação da organização com as políticas públicas (Assistência

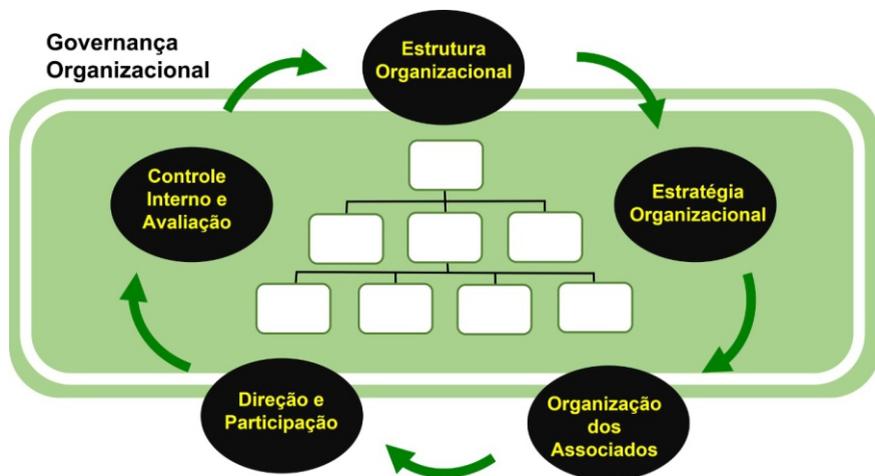
Técnica e extensão Rural-ATER, Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar-PRONAF, pesquisa, fomento, Crédito Rural, programa de Aquisição de Alimentos-PAA, Programa Nacional de Alimentação Escolar-PNAE, Defesa vegetal e animal, Política Nacional de Preços Mínimos-PNPM, Política Nacional de Habitação Rural-PNHR, e outras) e com os investimentos necessários para a conquista dos objetivos estabelecidos.

i.3 - Organização dos associados – É a forma com que os dirigentes tratam e zelam o quadro de associados atuais e futuros, compartilhando informações e convidando-os a se inteirarem sobre os interesses coletivos e se responsabilizarem pelo bem comum. As relações sociais são cuidadas para a manutenção de um bom clima organizacional e cumprimento das obrigações estatutárias. Referem-se às obrigações estatutárias, gestão de conflitos e participação no destino da organização.

i.4 - Direção e participação – Trata-se do modelo de gestão em que os gestores executam suas atividades visando à sustentabilidade e a capacidade de desenvolver e implementar procedimentos internos de governança para administrar o interesse coletivo e a forma de assegurar a representatividade e participação dos associados na sua governança, a fim de conferir legitimidade aos gestores para alcance dos objetivos organizacionais pactuados juntos aos seus associados. Diz respeito às assembleias, reuniões e a participação de mulheres, jovens, idosos e como são feitas as tomadas de decisões.

i. 5 - Controle interno e avaliação – Diz respeito à forma como se faz a fiscalização e monitoramento, é a gestão documental exercida sobre as organizações, atividades de pessoas, setores ou sobre produtos. A finalidade é alimentar os tomadores de decisões para que possam corrigir ou reforçar o desempenho, ou interferir em outras funções do processo

administrativo de empreendimentos para assegurar que os resultados satisfaçam às metas e aos objetivos estabelecidos. Os instrumentos são relatórios contábeis, financeiros, prestação de contas e tomadas de decisões.



i) **Gestão de pessoas** – Área funcional cujo principal objetivo é definir a maneira como a cooperativa ou associação deve se organizar para gerenciar e orientar o comportamento das pessoas no trabalho. É fundamental o desenvolvimento de um modelo de gestão com princípios, estratégias, políticas e práticas voltadas para o crescimento de todos os envolvidos no dia a dia do trabalho. Esta área apresenta quatro sub-áreas que devem ser consideradas: ii.1) organização das pessoas; ii.2) desenvolvimento das pessoas; e ii.3) gênero e geração; ii.4) qualidade de vida.

ii.1) Organização das Pessoas no Trabalho – Trata da necessidade de se ter uma descrição dos cargos, funções e atividades; de como se faz recrutamento, seleção,

, contratação e distrato de pessoal e ainda, horário de trabalho.

ii.2) Desenvolvimento das Pessoas no Trabalho – Diz respeito à qualificação do pessoal com eventos na área de capacitação e atualização. Os eventos são cursos, treinamentos, oficinas, etc., nas áreas de administração de pessoal, contabilidade, processos tecnológicos, comunicação, marketing, gestão ambiental e outros inerentes aos objetivos da organização.

ii.3) Gênero e Geração – Refere-se ao estabelecimento de estratégias e parâmetros que possibilitam a participação de mulheres, jovens e idosos estabelecendo um equilíbrio no quantitativo e nos benefícios.

ii.4) Qualidade de vida no trabalho – Refere-se à prevenção e monitoramento de acidentes no trabalho, pesquisa de satisfação e das condições adequadas para o exercício da atividade com máximo de desempenho e bem estar.



**iii) Gestão Financeira** – Área funcional responsável pelo levantamento e gestão das informações financeiras. Atua no sentido de oferecer aos dirigentes informações para manter o equilíbrio entre os gastos e as receitas e balanço patrimonial atualizado. É uma das áreas mais preocupantes, pois um planejamento irrealista pode trazer consequências desastrosas para o futuro. Esta área se divide em sete sub-áreas: iii.1) balanço patrimonial; iii.2) fluxo de caixa; iii.3) controle de contas a receber e a pagar; iii.4) controle de estoques; iii.5) análise de viabilidade econômica; iii.6) obrigações fiscais e legais; iii.7) demonstrações de resultados.

iii.1) Balanço Patrimonial – Refere-se aos registros dos Ativos, Passivos e Patrimônio Líquido. Os ativos são os investimentos realizados para adquirir bens e direitos necessários para condução dos negócios, como, por exemplo, imóveis, equipamentos, máquinas, marcas, estoques de matéria-prima e produtos acabados. Os passivos são as obrigações como dívidas e financiamentos que foram originados para se adquirir os ativos. É o dinheiro devido para pagar àqueles de quem a organização comprou ou pediu emprestado. E o patrimônio líquido representa a diferença entre o ativo e o passivo, ou seja, as sobras ou perdas. As sobras são reservas financeiras sendo, também, uma fonte de recursos.

iii.2) Fluxo de Caixa – É a ferramenta de gestão financeira para controle de curto prazo, consiste no acompanhamento das entradas e saídas de recursos financeiros no caixa. Serve para mostrar se a organização tem dinheiro para pagar suas contas.

iii.3) Controle de contas a receber e a pagar – As organizações possuem obrigações que precisam está em dias, como pagamento de seus funcionários, fornecedores, tributos e recebimentos, o que remete a necessidade de estabelecer um método de controle de contas a pagar e a receber que tenha a descrição do que será pago ou recebido, os dados para pagamento ou para a emissão de nota fiscal, quando a conta será paga ou recebida, a data de vencimento e a fonte de recursos para o pagamento. As contas a receber são direitos realizáveis em curto prazo (dentro de 360 dias) caracterizados em forma de papel (documentos que poderão ser transformados em dinheiro). Seu recebimento gera recursos disponíveis para o capital de giro e o não recebimento gera falta de liquidez. Contas a pagar são as obrigações a ser pagas dentro de 360 dias e correspondem ao passivo circulante do balanço patrimonial (fornecedores, impostos, salários, conta de produção do associado e empréstimos).

iii.4) Controle de estoques – É o controle de valores referentes às existências de produtos acabados, produtos em elaboração, matérias-primas, mercadorias, materiais de consumo e outros valores relacionados às atividades-fim da organização. São pulmões que geram riqueza à medida em que giram. Seu giro mais rápido determina maior agilidade financeira e econômica. Seu giro mais lento causa inércia financeira, com o estrangulamento do capital disponível.

iii.5) Análise de viabilidade econômica – Em empreendimentos coletivos, a análise de viabilidade econômica é um instrumento que permite aos seus dirigentes fundamentar as suas decisões em critérios econômicos e financeiros claros. A

elaboração desta análise exige um bom conhecimento da atividade a ser realizada, o que contribuirá para “prever” todos os aspectos que envolvem o empreendimento. Da mesma forma, é preciso identificar todos os investimentos necessários para colocar estas atividades em prática e aumentar as chances de êxito das iniciativas econômicas da organização. É o instrumento “preventivo do negócio” e permite saber se o mesmo é viável economicamente. São usados indicadores econômicos disponíveis para antecipar o comportamento de um empreendimento em um dado contexto. Com a análise é possível conhecer os pontos econômicos mais frágeis do empreendimento, orientando os empreendedores para contornar a situação.

iii.6) Obrigações fiscais e legais – A legislação brasileira exige das organizações cooperativas e associativas um conjunto de normas fiscais e legais. A aplicação destas normas no contexto de uma organização particular pode ser verificada por meio de um checklist que pode ser buscado nos sites especializados.

iii.7) Demonstrações de resultados - É a forma ordenada e sistemática de apresentar um resumo dos resultados por meio da diferença das receitas/ingressos confrontados com os custos, despesas e impostos para chegar ao lucro/sobras ou prejuízo/perdas. As demonstrações de resultado são agrupadas e representadas de forma resumida por contas que representam as principais operações financeiras em um determinado período, e sua maior característica é a capacidade de alterar o patrimônio líquido, onde se encontram as contas de lucro/sobras e prejuízo/perdas.

**i) Gestão de processos produtivos** – Área funcional que trata da aquisição de matéria-prima e insumos, infraestrutura, custos, pessoal capacitado, qualidade dos produtos e serviços, prazos de entrega, inovação e produtividade. A gestão dos processos produtivos considera seis ramos de atividades: i) planejamento produtivo; ii) bens e meios de produção; iii) layout, fluxos e rotulagem; iv) controle de qualidade; v) logística; vi) cadeias de valor.

i.1) Planejamento produtivo – é a definição das metas operacionais do empreendimento a partir das informações sobre oferta de insumos, matérias-primas e capacidade de atendimento dos cooperados ou associados com seus produtos, demanda de mercado, preços, custos e atividades necessárias para viabilizar o negócio.

i.2) Bens e meios de produção – são os equipamentos, máquinas, instrumentos, ferramentas, instalações e utensílios necessários para viabilizar o processo de produção e beneficiamento de determinados produtos.

i.3) Layout, fluxos e rotulagem – layout, refere-se a forma que estão organizados equipamentos, máquinas, ferramentas, produtos finalizados e mão de obra dentro de um empreendimento. Os fluxos tratam da organização sequencial dos trabalhos em etapas que envolvem a produção, o beneficiamento, o controle de qualidade, a rotulagem, a etiquetagem e embalagem. A rotulagem, etiquetagem e embalagem fazem parte da etapa finalística do produto a ser inserido no mercado.



## 2.2 Campo da produção

Refere-se à gestão dos processos produtivos e ambientais decorrentes dos objetivos organizacionais para estruturar um conjunto de atividades visando a melhoria dos produtos e serviços oferecidos pela organização com sustentabilidade multidimensional. É constituído por duas áreas funcionais: a) Gestão de processos produtivos e b) Gestão socioambiental.



i.4) Controle de qualidade – é realizado para verificar se o produto se encontra dentro dos padrões estipulados pela legislação pertinente, convenções de mercado ou editais e contratos.

i.5) Logística – é a área da gestão que cuida do planejamento operacional para o recebimento de matéria-prima e insumos, armazenamento, transporte e distribuição dos produtos finais. Trabalha com as informações sobre todas as operações que envolvem o deslocamento de pessoas e produtos como atividade necessária ao processo produtivo e à comercialização.

i.6) Cadeias de Valor - refere-se à sequência de operações que liga a produção primária, os vários elos comerciais e de beneficiamento dos produtos até os consumidores finais. Insumos, transformação/beneficiamento, comercialização e consumo. Este processo agrega todos os segmentos diretamente relacionados a estas etapas, como: fornecedores de insumos, produtores, processadores, comerciantes e distribuidores e consumidores.



**ii) Gestão socioambiental** – área funcional que congrega um conjunto de ações e políticas que uma organização implementa para minimizar os impactos negativos de suas atividades sobre o ambiente, os bens comuns e de uso coletivo. Estas ações e políticas pressupõem a adequação da organização à legislação ambiental vigente e ao estabelecimento de acordos entre grupos sociais e empresas para a repartição de benefícios decorrentes do uso da biodiversidade. Está dividida em quatro subáreas: Política socioambiental, valoração ambiental, regularidade ambiental e impactos ambientais.

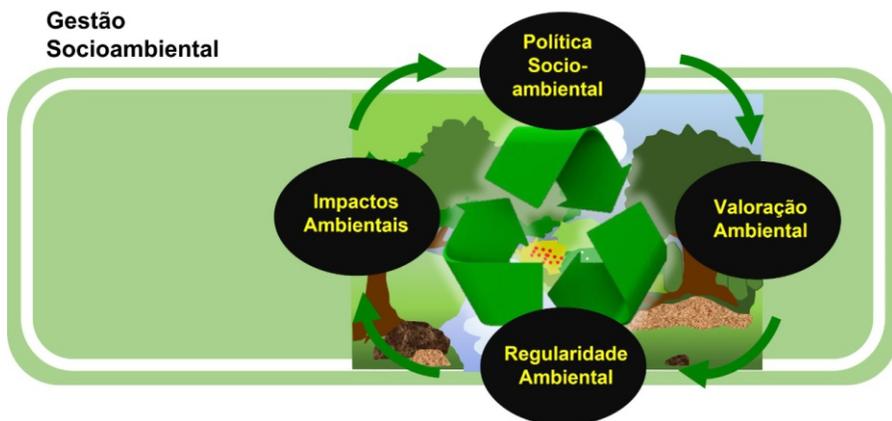
ii.1) Política socioambiental - expressa as suas orientações e preocupações em relação ao uso dos recursos naturais, sustentabilidade das suas atividades econômicas e relacionamento com as coletividades locais.

ii.2) Valoração ambiental - trata-se do valor econômico obtido pelo uso de bens e serviços dos recursos ambientais. O tema vem sendo objeto de debates, porém ainda não há legislação a respeito, especialmente pela falta de pesquisa que possibilite subsídios suficientes para tal, contudo deve-se observar a abundância, o desgaste e a capacidade de reposição ou renovação do bem natural e até estabelecer uma taxa de uso ambiental.

ii.3) Regularidade ambiental – é à adequação do empreendimento à legislação ambiental vigente nas escalas municipal, estadual e federal. Esta regularidade é atestada por meio de documentação oficial que refletem a observância

ide um conjunto de procedimentos e parâmetros que visam assegurar a sustentabilidade ambiental do negócio. A busca da regularidade pode exigir a adoção de medidas para reparar o passivo ambiental eventualmente criado pela organização.

ii.4) Impactos ambientais - são as mudanças ou transformações que um dado empreendimento provoca no local onde foi instalado. Estes impactos podem ser tanto negativos quanto positivos para o meio ambiente e para a coletividade. A ocorrência de impactos negativos leva a organização a ter que gerenciar os seus passivos ambientais. Os impactos positivos, por outro lado, podem se converter em oportunidades para a organização.



## 2.3 Campo da comercialização

Trata da atividade comercial do empreendimento onde acontecem as relações de compra, venda e trocas e processos de relações sociais, especialmente quando se trata dos produtos e/ou serviços oriundos dos Povos e Comunidades Tradicionais e Agricultores Familiares (PCTF's). Uma boa gestão comercial está associada ao sucesso das estratégias mercadológicas, bons modelos de negócios, viabilidade econômica e marketing, o que exige pessoal capacitado operando nas funções chaves da organização. A área funcional da gestão comercial se divide em quatro sub-áreas que se relacionam entre si: i) Estrutura do negócio; ii) Sustentabilidade do negócio; iii) Estratégia comercial e marketing; e iv) Mercados verdes



i) Estrutura do negócio – É o modo pelo qual o empreendimento investe esforços na organização de seus recursos com o objetivo de melhorar o desempenho comercial, buscando o acesso a mercados que gerem maiores valores à instituição.

ii) Sustentabilidade do negócio – Os negócios sustentáveis incentivam o uso responsável dos recursos, trazendo um diferencial para os negócios. Sem dúvidas o lucro é importante para garantir a saúde e a vida organizacional, mas os cuidados com o trabalho devem ser certificados para que não haja problemas ambientais que acarretem danos para o equilíbrio da ecologia local e/ou regional. Sob essa visão, os negócios sustentáveis podem ser vistos como uma ferramenta poderosa para garantir que o negócio construa um futuro próspero e sólido, contribuindo para o bem-estar financeiro dos sócios, colaboradores e com isso, contribua para a manutenção dos PCTF's e da floresta.

iii) Estratégia comercial e marketing – A área comercial deve estar alinhada com uma estratégia comercial que defina os nichos ou segmentos de mercado onde a organização pretende ampliar a sua atuação e como pretende fazê-lo. O marketing, por sua vez orienta o desenvolvimento do empreendedor no mercado, aumentando suas vendas, criando a imagem do negócio, possibilitando a captação de clientes, desenvolvendo estratégias de comunicação, entre outros.

iv) Mercados verdes – refere-se a introdução de conceitos ambientais às atividades tradicionais de mercado, busca-se chegar a mercados atrativos onde a qualidade ambiental é um requisito básico para o cliente.



**Trabalhar com  
Organização de  
Empreendimentos  
Produtivos  
não é difícil!!!!**



### 3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho visou introduzir uma nova etapa na natureza e no conteúdo dos processos de trabalho da EMATER-PARÁ com as organizações sociais e produtivas dos agricultores familiares, povos e populações tradicionais e representa um reposicionamento da empresa para atender novas exigências das organizações e de mercados. Na prática é uma ferramenta de ATER a ser integrada nas ações a serem desenvolvidas pela empresa que contribuirá sobremaneira com a qualificação dos extensionistas, dos dirigentes e lideranças das organizações assistidas promovendo fortalecimento desde a unidade de produção familiar e renova as relações com as organizações rurais e periurbanas.

O trabalho tem como norte o fortalecimento e a inserção da organização nos mercados institucionais e privados pelo aumento da oferta, qualidade e diferenciação dos produtos, neste sentido, será provável que haverá rebatimento na ATER prestada na Unidade Familiar de Produção Agrária-UFPA dos cooperados e/ou associados, levando a readequação das orientações tecnológicas prestadas para que possa atender as mudanças que se processam na sua organização, por exemplo, “padronização de produtos”, “certificações”, “inspeção sanitária” e outras conformidades exigidas pelos mercados, tais demandas implicam em uma ATER mais focada em resultados e de lógica coletiva e certamente com maior reconhecimento da sociedade rural e urbana do serviço de ATER público.

O início do trabalho com as organizações requer do extensionista proceder a um planejamento prévio das ações com uma abordagem que considere um processo de aproximação/sensibilização e mobilização dos dirigentes para um assessoramento que leve em conta a organização em seu aspecto global e que inicie com um breve diagnóstico organizacional com o foco nas seis áreas funcionais e a construção de um plano de desenvolvimento organizacional, que norteará o trabalho de ATER e o ponto de chegada da organização.

Por fim, acreditamos que estas mudanças caracterizam um momento diferenciado da ATER pública, focada no atendimento das exigências dos consumidores, dos marcos regulatórios e no fortalecimento da Agricultura Familiar, gerando produtos desejados que dê visibilidade para a socialização das políticas públicas, a promoção da segurança alimentar e nutricional e a preservação da sociobiodiversidade para as gerações presentes e futuras. Para atender esta nova metodologia de ATER voltada para as organizações, o NMC/COTEC vem realizando procedimentos no sentido da constituição de uma equipe técnica no Escritório Estadual para atuar de forma coordenada na assessoria em gestão e comercialização das organizações rurais e periurbanas atendidas pela EMATER-PARÁ.

## REFERÊNCIA

BRASIL. Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário. **Guia Metodológico** . Programa Ater Mais Gestão, Novos Instrumentos de ATER para as organizações econômicas da agricultura familiar. Brasília, 2018. 64 p.





**GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ**

**Helder Zahluth Barbalho**  
Governador

**Hana Ghassan Tuma**  
Vice-governadora

**Giovanni Corrêa Queiroz**  
Secretário de Desenvolvimento  
Agropecuário e da Pesca



**EMATER-PARÁ**

**Joniel Vieira de Abreu**  
Presidente

**Robson de Castro Silva**  
Diretor Administrativo

**Rosival Possidônio do Nascimento**  
Diretor Técnico